



QUAL A NOVIDADE DOS ROLEZINHOS?

Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo

TERESA PIRES DO RIO CALDEIRA

“Para os dominadores, o espaço público é uma extensão de seu espaço pessoal: pertencem a ele porque ele lhes pertence. Para os politicamente oprimidos (uma expressão que nosso século aprendeu não ser apenas uma questão de classe social), a existência no espaço público é provavelmente sinônima de vigilância estatal, censura pública e restrições políticas.”

Susan Buck-Morss¹

[1] Buck-Morss, S. “The flaneur, the sandwichman and the whore: the politics of loitering”. *New German Critique*, nº 39, 1986, pp. 99-140, p. 118.

[2] Nas nascentes cidades industriais, a maior quantidade (em geral mais de 80%) de prisões registradas pelas instituições da ordem sempre foi por “comportamentos desviantes” ou “contravenções”, como embriaguez, “desordens”, entretenimento em grupos (rodas de samba, capoeira etc.) e sobretudo vadiagem. Ver, por exemplo, Fausto, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984; Holloway, T. *Policing Rio de Janeiro: repression and resistance in a nineteenth-century city*. Stanford: Stanford University Press, 1993; Monkkonen, E. *Police in urban America, 1860-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

Circular livremente pelas ruas é uma prática fortemente associada às cidades modernas, mesmo que ela constitua a experiência dessas cidades mais como mito ou ideal do que como fato. A circulação no espaço público sempre foi regulada. Desde os tempos de Baudelaire, vagar pela cidade foi mais para uns — homens, ricos, dândis — do que para outros — mulheres, pobres, negros, jovens. O controle dos movimentos em público nunca deixou de estar no cerne da preocupação dos governantes e das suas tecnologias de segurança. Desde os primórdios das cidades modernas, circular por circular, andar em grupos (sobretudo de homens jovens), dar uma volta, ou dar um rolê, são atividades que acabam sendo escrutinadas e, no limite, criminalizadas, a não ser que os protagonistas (em geral homens) pertençam a grupos privilegiados. O maior esforço das polícias nas cidades industriais nascentes era controlar as “desordens”, os crimes sem vítimas, principalmente a vadiagem². Desde então, circular por circular, simplesmente desfrutar o espaço público das cidades em grupos, são práticas que geram apreensão e atraem a presença da polícia. Causam desordem. Não é de estranhar, portanto, que rolezinhos, esses encontros de grande número de jovens em shopping centers simplesmente para curtir e se divertir, venham gerando tanta ansiedade e repressão em São Paulo e pelo Brasil afora.

Mas se, por um lado, os rolezinhos são apenas nova encarnação de uma configuração bem conhecida, e embora articulem elementos que tenham sempre feito parte da experiência das cidades modernas

— circulação, consumo, tensões de classe e de raça, disputas pelo controle do espaço público —, por outro, são de fato uma nova articulação desses elementos. E uma articulação que pede para ser destrinchada, pois revela mudanças significativas na cidade e sua esfera pública, nas suas dinâmicas de classe, de raça e de gênero.

Os rolezinhos não surgiram do nada. De fato, “dar um rolê”, ou a prática de circular pela cidade como forma de entretenimento e lazer, é algo arraigado no cotidiano de jovens paulistanos que habitam as periferias há pelo menos duas décadas. Esses jovens, sobretudo os rapazes, vão com frequência de um bairro a outro à procura de bailes e festas, ou só para encontrar os amigos e circular. Mais recentemente, vão sobretudo aos shoppings, para zoar, paquerar e, quem sabe, comprar algo. Essa circulação se intensifica de modo significativo se os jovens fazem parte de alguma forma de produção cultural ou se têm especial interesse por alguma delas. Um bom evento de rap é um ótimo motivo para cruzar a cidade e voltar para casa só ao amanhecer³.

Fazer uma genealogia dos rolezinhos significa retrair as conexões entre um desejo crescente de jovens das periferias de circular pela cidade, a proliferação de várias formas de produção cultural — como o rap, o grafite, a pixação, o break e, mais recentemente, o funk — e modos alternativos de mobilidade, como o parkour, o skate e o motociclismo, todos com raízes fortes nas periferias urbanas⁴. Enquanto o resto da cidade se fechava atrás de muros a partir dos anos 1980 e sobretudo nos anos 1990, os jovens das periferias não apenas fizeram da circulação uma forma de lazer associada a diversas produções culturais como, sobretudo, transformaram sua experiência de viver nas periferias em diversas formas de produção cultural e de intervenção no espaço urbano. O hip-hop foi a primeira dessas produções, que, a partir dos anos 1990, passou a narrar a realidade de exclusão e violência que marca a vida cotidiana dos rapazes jovens nas periferias, para quem, como disseram os Racionais MCs naquela época, “malandragem de verdade é viver”⁵. Outras formas de produção cultural vieram na esteira do rap: grafite, literatura marginal, saraus, vídeos e pixações. Todas contribuíram para criar a efervescência cultural que hoje marca as periferias de São Paulo⁶.

Uma característica central de toda essa produção é uma contundente crítica social. Os artistas envolvidos nesses gêneros culturais situam-se nas periferias urbanas e expõem suas precariedades, a violência cotidiana, a constante repressão policial, o racismo do dia a dia. Eles articulam uma voz poderosa e complexa que simultaneamente afirma seu pertencimento a esse universo sempre descrito em termos distópicos como um espaço de precariedade e desespero e tenta transformar o que é pejorativo e ofensivo em fonte de dignidade (“Pode crer, pela ordem/ A número um em baixa renda da cidade,/ Comunidade

[3] Pedro Paulo Guasco foi um dos primeiros pesquisadores a analisar a prática de circulação associada ao hip-hop. Em sua dissertação de 2000 sobre os rappers paulistanos, Guasco enfatiza como eles circulam ampla e intensamente pela cidade e cita um dos seus representantes: “o lugar do rap é circulando”. Guasco, Pedro Paulo. *Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado em antropologia social, FFLCH-USP, 2000, p. 71. Magalhães também explorou essa conexão e demonstrou que a inserção e/ou interesse em formas de produção artística se traduzem em maior mobilidade pela cidade. Magalhães, Lillianne Sousa. *Participação de jovens em grupos culturais e mobilidade no espaço urbano de São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, FE-USP, 2008.

[4] Ver Caldeira, Teresa Pires do Rio. “Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo”. *Novos Estudos*, nº 94, 2012, pp. 31-67.

[5] Racionais MCs. “Fórmula mágica da paz”. *Sobrevivendo no inferno*. Cosa Nostra, 1997.

[6] Ver minha análise dessa produção e suas várias transformações em Caldeira, Teresa P. R. “Gender is still the battleground: youth, cultural production and the remaking of public space in São Paulo”. In: Parnell, S. e Oldfield, S. (eds.). *The Routledge handbook on cities of the global south*. Nova York: Routledge, 2014, pp. 413-27. Um dos ingredientes dessa efervescência é a intervenção do poder público, sobretudo por meio de programas como o VAI — Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais —, que oferece financiamentos a projetos culturais de jovens nas periferias.

[7] Racionais MCs, “Fim-de-semana no parque”. *Raio X do Brasil*, Zimbabwe, 1993. Para uma análise do modo de expressão das produções culturais da periferia, ver Caldeira, op. cit., 2014 e Caldeira, “O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo”. In: Kowarick, L. e Marques, E. (ed.). *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34, 2011, pp. 301-20.

[8] Ver Caldeira, op. cit., 2012, e Pereira, A. B. 2005. “Inscrição e circulação...”, *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado em antropologia, FFLCH-USP, 2005.

[9] Hebdige, D. *Hiding in the light: on images and things*. Londres: Routledge, 1988, pp 18.

Zona Sul é dignidade”)⁷. Não é de se estranhar que agressividade e um claro antagonismo de classe e de raça sejam marcas dessa produção.

No entanto, o enraizamento na periferia com todas suas precariedades não significa imobilidade e restrição a seus espaços. Pelo contrário, alimenta o desejo de circular, de conquistar a cidade, de forçar limites. No decorrer das últimas duas décadas, a cidade foi se tornando, para os jovens do sexo masculino, especialmente aqueles vindos das periferias, um espaço não só de circulação, mas também de experimentação, transgressão, prazer e risco. A pixação é certamente a prática que sintetiza essa tendência de modo mais explícito. Ela nunca esteve restrita às periferias: é onipresente na cidade. Claramente transgressora e agressiva, a pixação se articula em torno do risco. Mais ainda, coloca-se no campo do ilícito — “pixação é ilegal e sua essência tá nisso”, afirma Djan, famoso pixador — e não admite compromisso, nem mesmo com outras formas de produção cultural próximas a ela, como o grafite. Os pixadores usam a expressão “fazer um rolê” para descrever sua ação de sair em grupos para pixar, curtir a cidade que eles conhecem em detalhe e arriscar a vida para deixar sua marca nos muros e no topo dos edifícios⁸.

A presença transgressora de grupos de jovens e sua produção cultural no espaço das cidades certamente não é algo novo. Dick Hebdige, o analista britânico das subculturas urbanas e do punk, já argumentou há bastante tempo que a “juventude-como-problema” tem sido uma marca da cidade moderna desde meados do século XIX, quando os *street urchins*, meninos de rua, se tornaram objeto de preocupação, legislação, filantropia, mobilização da opinião pública e, obviamente, repressão e vigilância. Há sempre uma lógica na transgressão de grupos de jovens, argumenta Hebdige: eles experimentam “com o único poder à sua disposição: o poder de desconcertar. O poder de ameaçar”⁹.

Apesar de a lógica ser conhecida, é evidente que as rearticulações recentes produzidas pelos jovens das periferias trazem novidades importantes. A circulação desses rapazes e sua produção cultural permaneceram invisíveis durante as décadas em que aconteciam sobretudo entre os bairros das periferias. Mas o grafite, a pixação e agora os rolezinhos rompem essa invisibilidade. A pixação está por toda parte, em qualquer área da cidade. Também são onipresentes os motoboys, em geral rapazes das periferias que agora confundem o tráfego. Mais ainda, os jovens das periferias cada vez circulam mais, não para ir humildemente ao trabalho, como sempre fizeram os trabalhadores, mas para se divertir, mostrar seu estilo, ostentar seus óculos Oakley e tênis Nike. Ao forçarem sua presença em espaços onde não eram esperados, ao imporem suas motos como reflexo constante no retrovisor dos carros parados no tráfego, ao pintarem muros e viadutos, deixando sua marca por toda parte, ao se exibirem, ao invés de se esconderem,

eles se apropriam do espaço urbano e perturbam a ordem: embaralham sistemas de distinção, estabelecem novas visibilidades e, é claro, geram reações e repressões. Ameaçam e desconcertam.

Contudo, há diferenças significativas entre os rolês de rappers e pixadores e os rolezinhos. A pixação e o rap sempre mantiveram uma atitude de claro antagonismo em relação às classes dominantes, uma proximidade ao ilícito e muita ambiguidade em relação ao consumo e à sociedade de massas. Embora a pixação compartilhe elementos essenciais da sociedade de consumo de massas — a produção de signos, a criação de marcas, a reprodução repetitiva de imagens —, ela nunca abandonou uma atitude de transgressão¹⁰.

Apesar de os rolezinhos estarem claramente associados aos novos modos de circulação de jovens da periferia, a produção cultural mais próxima a eles é o funk ostentação e não as outras formas mencionadas anteriormente. Rolezinhos não têm apenas que ver com circulação, mas também com consumo. De fato, eles revelam transformações importantes na estrutura do consumo geradas por mudanças na distribuição de renda e pela expansão do mercado de bens de consumo individual. A nova configuração do consumo também é desconcertante para o antigo modo de regulação das relações de classe, mas de modo muito distinto das produções culturais da periferia a que venho me referindo.

Uma das marcas centrais das mudanças na organização do consumo é a relativa perda de importância de projetos de consumo coletivo para os moradores das periferias. Essa mudança associa-se a outras ocorridas no mundo do trabalho. As periferias paulistanas foram basicamente urbanizadas por seus moradores, trabalhadores que optaram por viver no meio do mato para realizar o sonho da casa própria e fugir do aluguel. Para os trabalhadores que autoconstruíram as periferias, sobretudo a partir dos anos 1940, a construção e melhoria da casa própria e a aquisição de todos os equipamentos eletrodomésticos imagináveis para fazê-la confortável eram não apenas seu projeto principal de consumo, como quase o único. Eram, ainda, um projeto coletivo, que demandava esforços e sacrifícios de todos os membros do núcleo familiar. Estudos sobre o padrão de consumo da população brasileira mostram claramente tanto a centralidade desse projeto, como a expansão dos serviços de infraestrutura urbana que garantem a melhoria dos bairros periféricos e da qualidade das moradias, bem como a expansão do conjunto de bens de consumo intermediário, sobretudo a partir dos anos 1990¹¹. A expansão do consumo é parte fundamental do projeto de diminuição da desigualdade social que vem orientando as políticas públicas brasileiras há mais de uma década. No Brasil, ascensão social tem sido medida pelo consumo.

[10] Sobre essa relação entre a pixação e a produção de signos na sociedade de massas, ver Baudrillard, J. “Kool killer, or the insurrection of signs”. In: *Symbolic exchange and death*. Trad. Iain Hamilton Grant. Londres: Sage, 1993 [1976], e Stewart, S. “Ceci tuera cela: Graffiti as crime and art”. In: Fekete, J. (org.). *Life after post-modernism: essays on value and culture*. Nova York: St. Martin’s, 1987.

[11] Sobre a centralidade do projeto da casa própria e seu papel estruturante no consumo dos moradores das periferias, ver Caldeira, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Sobre a expansão do consumo, sobretudo a partir do final dos anos 1990, ver, por exemplo, Castro, João Abrahão de e Vaz, Fábio Monteiro (eds.). *Situação social brasileira — Monitoramento das condições de vida 1*. Brasília: Ipea, 2011.

[12] A análise de Osório e seus colegas indica que, embora o consumo de bens intermediários tenha se expandido e simultaneamente desconcentrado, o consumo de moradias de boa qualidade expandiu-se, mas se tornou mais concentrado. Guerreiro Osório, R. e Souza, Herculano Guimarães Ferreira de. "Condições de vida: qualidade dos domicílios e acesso a bens: 1998-2008". In: Castro e Vaz.

[13] *Funk ostentação — o filme* é uma boa introdução ao imaginário e à estética dessa produção cultural. Ver <<http://vimeo.com/53679071>> e Cymrot, D. *A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica*. São Paulo: dissertação de mestrado, FD-USP, 2011.

[14] Foto de Tiago Queiroz, *O Estado de S. Paulo*.

De fato, os projetos de consumo das camadas trabalhadoras modificaram-se bastante nos últimos anos. Os filhos e netos da primeira geração de autoconstrutores têm outros planos. Se antes se consumiam casas e seus equipamentos, agora opta-se por bens de consumo individual, formas de lazer e entretenimento e produção cultural. Os níveis de pobreza e os padrões de consumo mudaram. Muitos membros da nova geração acham que o projeto de construção da casa própria é impossível ou estão menos interessados nele. O mais importante para eles é consumir uma longa lista de itens que vão de roupas, celulares e equipamentos eletrônicos a motocicletas e carros¹². Eles querem circular pela cidade com estilo, na moda. Seus projetos de consumo são individuais. Esses desejos ganham uma expressão icônica no funk ostentação e sua glorificação de carros, joias, óculos escuros, roupas, bebidas e mulheres (mais sobre as mulheres a seguir). Em alguns rolezinhos, os jovens entraram nos shoppings cantando músicas conhecidas do funk ostentação, cujos vídeos têm milhões de acessos no YouTube¹³.

Os rolezinhos atuais e o funk ostentação revelam não apenas quanto já mudou a estrutura de consumo popular, como também os desejos de que esse continue a se expandir. Apesar do pânico gerado pela ameaça de rolezinhos nos shoppings de elite, é significativo que a maioria tenha ocorrido nos shoppings das periferias. Há vinte anos, esses shoppings não existiam. Agora, estão por toda parte e talvez sejam a melhor prova da expansão do consumo de massas que ocorreu nas últimas duas décadas. Muitas de suas lojas são as mesmas que se encontram em shoppings em áreas mais ricas da cidade. Seus frequentadores são moradores das periferias, famílias, crianças, adultos e, é claro, jovens, para os quais os shoppings são um espaço fundamental de lazer. São também de todas as raças. Embora não haja dúvidas de que o racismo continue enraizado na sociedade brasileira, também não há dúvidas de que a situação social dos afrodescendentes tem mudado e que eles igualmente fazem parte da circulação e do consumo ampliado que vêm transformando o cotidiano dos moradores das periferias. De fato, a observação das centenas de fotos de rolezinhos publicadas em jornais e na internet ilustra claramente como afrodescendentes são parte dos frequentadores dos shoppings captados em imagens que tentavam mostrar a repressão aos eventos. Uma das fotos que mais me chamou atenção é a de uma família de afrodescendentes calmamente comendo seu lanche na praça de alimentação de um shopping enquanto policiais correm atrás dos jovens do rolezinho¹⁴.

Consumo e circulação estão associados hoje como estavam no passado, mas de maneira inversa. A consolidação das periferias por meio dos esforços de consumo dos trabalhadores que as construíram significou a cristalização de um modo de regulação que manteve as classes

sociais distantes fisicamente e circulando de modos relativamente se-
parados. A segregação centro-periferia sempre garantiu clara distân-
cia entre espaços de residência e consumo das diferentes classes. As
periferias estavam longe do centro e a geração que as autoconstruíram
aceitou certa imobilidade nos espaços periféricos como parte do pa-
cote da autoconstrução que lhes permitia habitar a metrópole, mesmo
que a distância. É claro que os trabalhadores circulavam pela cidade.
Circulavam basicamente para ir e voltar do trabalho e faziam isso em
transportes coletivos de má qualidade em que as classes média e alta
não entravam; essas últimas movimentavam-se em seus carros. Em
suma, as distâncias entre as classes eram grandes, as possibilidades de
encontro reduzidas. Certa imobilidade e invisibilidade dos morado-
res das periferias eram a norma. E vale lembrar que, quando a presença
de pessoas de diferentes classes sociais coincidia, sempre foi possível
criar sistemas perversos para regular encontros e garantir separações,
sendo um dos mais cruéis deles o que duplicava e separava as áreas de
circulação em edifícios entre a “social” e a “de serviço”.

O consumo expandido e os desejos de circulação dos jovens que
nasceram nas periferias perturbam esse sistema de separações e seus
modos de regulação. Para eles, a cidade como um todo é espaço a ser
conquistado e usado intensamente; é espaço de intervenção e de cria-
tividade. Esse uso é não só mais intenso, como também mais diver-
sificado: circula-se para vários fins, não apenas para ir ao trabalho. E
circula-se com estilo, portando os novos signos de consumo. Para um
trabalhador que mora na periferia, possuir um carro é bem mais possí-
vel hoje do que no passado. As motos multiplicam-se sem parar. E os
usuários de ônibus, vans e metrô se movimentam com seus celulares,
fones de ouvido, tênis de marca e roupas que não são necessariamente
muito diferentes daquelas de grupos que vivem em regiões mais ricas.
No passado, reconhecia-se um trabalhador mais facilmente: ele ia ao
trabalho carregando uma marmitta, não um smartphone e seu fone de
ouvido. A nova configuração cria áreas de indistinção. Esta só pode ser
produtora de ansiedade e reações entre aqueles que pretendem conti-
nuar a afirmar a sua superioridade e distinção.

A expansão do consumo desestabiliza um dos modos mais arra-
gados de construir hierarquias sociais: o julgamento fácil pelas apa-
rências. O consumo cria certa homogeneidade que mina possibilidades
de distinção. Os shoppings que chamam a polícia para correr atrás
de jovens são os mesmos que precisam atraí-los como consumidores.
Como distinguir a classe de um cidadão da de outro quando vestem
produtos semelhantes? O solapamento dos meios fáceis e corriquei-
ros de estabelecer hierarquias e separações está na base da irritação
que muitos exibem em relação à presença dos jovens das periferias nos
espaços públicos (ou semipúblicos, como os shoppings) das cidades.

[15] Ver a respeito meu artigo “The city and its protests” <<http://www.opendemocracy.net/opensecurity/teresa-caldeira/s%C3%A3o-paulo-city-and-its-protest>>.

Prova contundente dessa irritação são os comentários de leitores de qualquer blog que tenha tentado contextualizar os rolezinhos: eles expressam não apenas boa quantidade de preconceitos e claro racismo em relação aos jovens das periferias, mas evidente intolerância em relação à proximidade de classes.

Porém, para completar a genealogia dos rolezinhos, é preciso relacioná-los aos protestos de junho de 2013. Esses protestos em parte problematizaram os mesmos temas que os rolezinhos¹⁵. Foram protestos que expressaram o desejo de circular e de fazer isso com mais qualidade. O lema do Movimento Passe Livre é o mesmo que inspira várias das produções culturais periféricas e os movimentos de seus participantes: “A cidade só existe para quem pode se movimentar por ela”. Tanto os protestos de junho como os rolezinhos usaram a mídia social para se organizar e ignoraram completamente as formas instituídas de representação e organização política. Ambos foram protagonizados por jovens e têm suas raízes no seu cotidiano, em uma cidade estruturada para segregar e reproduzir desigualdades. Tanto uns como outros aumentaram sua amplitude e visibilidade no momento em que foram reprimidos pela polícia. Ambos contestam autoridades constituídas e modos de regulação e separação preexistentes.

A criação de práticas de uso do espaço público é sempre tensa. Há tensões de classe, de raça e também de gênero. Embora as mulheres jovens das periferias circulem intensamente, fazem isso sob muita pressão. Invariavelmente as mulheres reclamam do assédio e incômodo nos meios de transporte coletivo, muitas vezes praticados pelos mesmos rapazes que protagonizam as várias formas de produção cultural. O prazer de circular por circular não faz sentido para as mulheres jovens, sobretudo para as que usam transporte coletivo. Além disso, sua participação nas várias formas de produção cultural é, em geral, bem minoritária. Elas continuam a ser desdenhadas nessa produção. Elas estão presentes no funk e são imagens constantes nos vídeos do funk ostentação. No entanto, entram nesse cenário sempre como um dos itens de consumo, acessórios sexualizados dos protagonistas. A questão de gênero é, na verdade, uma das que definitivamente merece análise mais aprofundada.

A presença de mulheres no espaço público das cidades modernas sempre foi problemática. A principal figura feminina associada à circulação em público ainda é a prostituta¹⁶. Pois é exatamente esse velho tema que o funk ostentação traz de volta: a mulher como sexo a ser consumido por homens que podem esbanjar dinheiro, joias, bebidas, carros. Enquanto os rapazes consomem e circulam, as mulheres também circulam e consomem, mas frequentemente numa posição reativa, protegendo-se como podem da ameaça constante de ataques, e às vezes resolvendo entrar na cena da ostentação. Embora muitas jovens

[16] Ver Buck-Morss, op. cit., 1986.

considerem o funk uma forma boa de diversão, aí são objetos, como são também nos cartazes de propaganda e num dos sonhos mais acalentados hoje pelas meninas de todas as classes sociais: transformar-se em supermodelos e usarem seus corpos para enriquecer, ganhar fama e, é claro, ajudar a vender mercadorias.

Tanto o consumo como a circulação de jovens das periferias e suas intervenções culturais por toda a cidade indicam uma quebra em padrões anteriores de regulação de movimentos e desigualdades na cidade. A democratização também contribui para isso. De fato, deve-se à democratização a proibição do sistema de separação de áreas de circulação em “social” e de “serviço” — mesmo que as placas com o texto da lei que proíbe a segregação afixadas em cada elevador da cidade acabem servindo cotidianamente para não nos deixar esquecer que a segregação é sempre uma possibilidade a nos rondar. Mas a democratização teve outros efeitos interessantes. Ela gerou experimentos administrativos e políticas públicas que acabam mudando as possibilidades de integração da periferia. Entre elas estão todas as políticas que tornam possível a produção cultural das periferias, dos CEUS aos financiamentos do programa VAI que hoje sustentam a vitalidade da produção cultural periférica.

A democratização do espaço público requer a expansão da tolerância e a aceitação de maior indistinção, ou seja, depende da possibilidade de desmontar sistemas de regulação que reproduzem hierarquias, desigualdades e preconceitos arraigados profundamente nos imaginários e práticas cotidianas. A ampliação da tolerância não acontece espontaneamente. Ela depende em grande parte de pequenos atos transgressivos que forcem limites no dia a dia da cidade. Depende de empregadas que insistam em sempre usar apenas o elevador social, de pessoas humildes que não deem seu lugar na fila a madames, de jovens das periferias que entrem em boutiques que as classes mais altas pensam que são só suas, de negros que se sentem em restaurantes dos shoppings, de mulheres que exijam ser tratadas com respeito nos transportes coletivos e que não aceitem o assédio sexual como preço a pagar por sua mobilidade. É da repetição desses atos que se poderá passar do desconforto e da tensão que os rolezinhos revelam para uma sociedade mais democrática. É interessante lembrar que foi a recusa dos negros em ceder aos brancos seus assentos nos ônibus que catalisou o movimento de direitos civis americano há mais de cinquenta anos. É de atos cotidianos que desafiam os limites das separações sociais que dependem tanto a diminuição da desigualdade como o fortalecimento da democracia.

TERESA PIRES DO RIO CALDEIRA é professora no Departamento de Planejamento Urbano e Regional na Universidade da Califórnia, Berkeley.

Recebido para publicação
em 23 de fevereiro de 2014.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

98, março 2014

pp. 13-20

A Fundação Carlos Chagas tem como premissa essencial a questão da cidadania. Em suas especialidades e linhas de pesquisa, atua com vistas ao desenvolvimento humano-social.

A produção em pesquisa na FCC, articulada entre os pólos de avaliação de políticas, gênero e raça, abrange aprofundados estudos sobre os vários níveis de ensino.

Nas três publicações da Fundação – Cadernos de Pesquisa, Estudos em Avaliação Educacional e Textos FCC –, essa produção acadêmica divide espaço com o trabalho de pesquisadores de outras instituições e possibilita uma visão diversificada sobre as questões da área.



Fundação Carlos Chagas

REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO WWW.FCC.ORG.BR